

PERSPECTIVAS INTERSECCIONAIS NOS ESTUDOS RADIOFÔNICOS: ARTICULAÇÕES NA PESQUISA BRASILEIRA

PERSPECTIVAS INTERSECCIONALES EN LOS ESTUDIOS RADIOFÓNICOS:
ARTICULACIONES EN LA INVESTIGACIÓN BRASILEÑA

INTERSECTIONAL PERSPECTIVES IN RADIO STUDIES: ARTICULATIONS IN
BRAZILIAN RESEARCH

Debora Cristina Lopez

Universidade Federal de Ouro Preto; Universidade Federal da Bahia. debora.lopez@ufop.edu.br.

ORCID: 0000-0002-1030-1996

Juliana Gobbi Betti

Universidade Federal de Ouro Preto; Universidade Federal de Santa Catarina. jugobbibetti@gmail.com

ORCID: 0000-0001-5948-7966

Sabrina Roza

Universidade Federal de Ouro Preto. sabrina.roza@aluno.ufop.edu.br

ORCID: 0009-0001-2754-6383

Ariane Stéfanie da Silva

Universidade Federal de Ouro Preto. ariane.stefanie@aluno.ufop.edu.br

ORCID: 0009-0003-6262-1101

Recibido: 18/02/2025 | Aceptado: 22/04/2025

Resumen: El diálogo con las cuestiones étnico-raciales y de género ha sido reconocido para comprender la evolución de la radio y releer su historia. En este artículo, discutimos este escenario y el lugar de la interseccionalidad en los estudios de radio. Examinamos artículos de cuatro eventos de asociaciones científicas brasileñas. Llevamos a cabo un análisis bibliométrico de los artículos que abordaban cuestiones de género, étnico-raciales, de clase, de discapacidad y de otros grupos minoritarios. Observamos las apropiaciones y articulaciones de la interseccionalidad en los estudios radiofónicos brasileños.

Palabras clave: estudios radiofónicos, interseccionalidad, género, relaciones étnico-raciales, clase social.

Abstract: The dialogue with ethnic-racial and gender issues has been recognised for understanding the evolution of radio and re-reading its history. In this article, we discuss this scenario and the place of intersectionality in radio studies. We analysed articles from four Brazilian scientific association events. We carried out a bibliometric analysis of articles addressing gender, ethnic-racial, class, disability and other minority group issues. We observed the appropriations and articulations of intersectionality in Brazilian radio studies.

Keywords: radio studies, intersectionality, gender, ethnic-racial relations, social class.

Resumo: O diálogo com questões étnico-raciais e de gênero tem sido reconhecido para a compreensão da evolução do rádio e releituras da sua história. Neste artigo, discutimos esse cenário e o lugar da interseccionalidade nos estudos radiofônicos. Analisamos artigos dos quatro eventos de associações científicas brasileiras. Fizemos uma análise bibliométrica dos artigos que abordam questões de gênero, étnico-raciais, classe, deficiência e relativas a outros grupos minoritários. Observamos as apropriações e articulações da interseccionalidade aos estudos radiofônicos brasileiros.

Palavras-chave: estudos radiofônicos, interseccionalidade, gênero, relações étnico-raciais, questões de classe.

Introdução

As questões de gênero e raça vêm ganhando espaço na pesquisa em Comunicação, especialmente na última década. Essa tendência pode ser percebida pelo aumento no número de publicações e de trabalhos que abordam tais temáticas —apresentados nos eventos e desenvolvidos nos programas de pós-graduação—, também sendo evidenciada na criação de grupos de estudo e pesquisa. Acompanhando este movimento, igualmente observamos a ampliação de um diálogo interdisciplinar que vem aportando novas perspectivas teórico-metodológicas para o campo da Comunicação, suas áreas e subáreas. Neste cenário, a interseccionalidade é um dos termos que passaram a circular não apenas como parte da revisão conceitual, mas integrando objetivos e questões de pesquisa.

Partindo dessa percepção, este texto busca aprofundar o entendimento sobre tal panorama, centrando-se nos estudos radiofônicos. Historicamente, o rádio teve grande relevância na sociedade brasileira, suas características permitiram que ele se popularizasse entre as diferentes camadas e grupos sociais, também alcançando pessoas e lugares que outros meios não conseguiam. Com uma programação diversa, o rádio informou, educou e entreteve sua audiência, tornando-se especialmente companheiro da classe operária, dos(as) trabalhadores(as) rurais, das donas de casa e trabalhadoras(es) domésticos, dos(as) jovens e dos(as) idosos(as), de pessoas com deficiência visual, bem como daqueles que se sentiam solitários(as) nos afazeres do cotidiano, chegando tanto à população dos grandes centros urbanos como também às comunidades geograficamente acêntricas. Além desse amplo alcance, a facilidade de compreensão da linguagem oral e sua não exigência de uma atenção fixa, o baixo custo do aparelho receptor, sua portabilidade e abrangência geográfica são exemplos de características que o distinguem e que são constantemente elencadas nos estudos radiofônicos, mas pouco abordadas a partir de uma perspectiva relacional e epistemologicamente plural. Assim, considerando a construção de diálogos com os estudos de gênero e étnico-raciais, objetivamos compreender como as/os pesquisadoras/es vêm apreendendo ou não esse referencial, especificamente a partir da chave da interseccionalidade.

Para isso, analisamos a produção científica divulgada pelos quatro principais grupos de referência vinculados a associações científicas brasileiras que congregam estudos em rádio e mídia sonora, a saber: Grupo de Pesquisa Rádio e Mídia Sonora da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (INTERCOM); Grupo Temático História da Mídia Sonora da Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia (ALCAR); Grupo de Trabalho Estudos Radiofônicos da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (COMPÓS) e Rede de Pesquisas em Radiojornalismo - RADIOJOR da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJOR). Esta revisão sistemática dá continuidade

ao exercício epistemológico desenvolvido sob a égide de dois projetos de pesquisa que as autoras integram.¹

O levantamento considerou o período de existência de cada grupo, permitindo atentar para as mudanças nos padrões de interesse e de abordagem. Inicialmente, identificamos os artigos que perpassam diferentes marcadores sociais, atentando para os que abordam questões de gênero, étnico-raciais, classe, deficiência e relativas a outros grupos minoritários de maneira mais ampla. Nestes, observamos se os marcadores eram considerados na análise ou apenas mencionados na descrição do objeto. Esta observação ocorreu analisando títulos, resumos e palavras-chave dos artigos de cada um dos eventos. Por fim, destacamos aqueles que utilizam a interseccionalidade como perspectiva analítica.

Para amparar a elaboração das análises, revisitamos a origem e as apropriações do termo interseccionalidade, dando ênfase ao contexto acadêmico e, sempre que possível, buscando aproximá-lo da realidade brasileira. Logo, com base nessa reflexão, buscamos reconhecer como e se a interseccionalidade está presente nos estudos radiofônicos. Construimos uma análise bibliométrica (Guedes & Borschiver, 2005) de caráter descritivo. A partir de uma codificação inicial, buscamos identificar referentes teórico-metodológicos e temáticos vinculados à interseccionalidade. Depois disso, observamos a fundamentação, as apropriações e articulações realizadas nos artigos e que nos permitissem compreender, com um olhar geral, como o debate sobre a interseccionalidade se integra aos estudos radiofônicos brasileiros.

Interseccionalidade como conceito

Na definição de Patrícia Hill Collins (2019):

A ideia de interseccionalidade se refere a formas particulares de opressão interseccional, por exemplo, intersecções entre raça e gênero, ou entre sexualidade e nação. Os paradigmas interseccionais nos lembram que a opressão não é redutível a um tipo fundamental, e que as formas de opressão agem conjuntamente na produção da injustiça (p. 57).

Trata-se assim de uma proposição teórico-conceitual ancorada na realidade, e inicialmente elaborada para nomear e visibilizar a forma como mulheres negras estavam sendo impactadas por processos de violência, com ênfase no cruzamento entre o gênero e a raça. Essa nomeação objetivava o reconhecimento da complexidade que determinava a experiência de mulheres negras,

¹ O artigo deriva das pesquisas e discussões desenvolvidas nos projetos “Metodologias de pesquisa para os estudos radiofônicos: desafios para entender o campo”, iniciado em 2023 e financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) nos editais Demanda Universal e Bolsas Produtividade em Pesquisa e “Metodologias de pesquisa para os estudos radiofônicos mineiros sob a perspectiva de gênero”, iniciado em 2024 e financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig), no edital Demanda Universal. Os dois projetos são desenvolvidos no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Ouro Preto.

sendo posteriormente apropriada por outros grupos e utilizada tanto para compreender as relações intrínsecas entre diferentes opressões quanto para fundamentar a reivindicação de ações que pudessem modificar esse cenário. Neste sentido, ainda que seu uso venha sendo ampliado, a ideia de interseccionalidade possui raízes bem definidas. Logo, acreditamos que, para refletirmos sobre os possíveis usos da interseccionalidade nos estudos radiofônicos, é necessário aprofundarmos nossa compreensão sobre essas raízes e sobre os processos de apropriação que têm contribuído para sua atual configuração.

Embora as ideias que amparam sua formulação teórica já vinham sendo discutidas no contexto norte-americano por diversas ativistas e intelectuais —como as integrantes do Combahee River Collective—, desde a década anterior, a origem do termo é geralmente atribuída à feminista, advogada e professora Kimberlè Crenshaw (Collins, 2017). Foi em 1989 que Crenshaw sistematizou e nomeou o fenômeno, publicando suas reflexões no documento produzido para um encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero, organizado pela Divisão de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU). Neste documento, Crenshaw (2002) sugere a interseccionalidade como uma forma de melhor compreender aquilo que ela denomina como “discriminação interativa”. A autora defende que, apesar dos significativos avanços no que diz respeito aos direitos humanos, a Declaração Universal, mesmo garantindo os direitos sem distinção de gênero, foi pensada e articulada tendo como base a experiência masculina. Esse universalismo fez com que as violências específicas de gênero fossem, na maioria das vezes, compreendidas como menos importantes. Estupros, espancamento em âmbito doméstico ou demais violências eram “periféricas em se tratando das garantias básicas dos direitos humanos” (p. 172).

Crenshaw (2002) afirma que o ativismo de mulheres no âmbito político e social dos últimos anos contribuiu para que discussões sobre gênero fossem incorporadas, tanto em conferências mundiais como em organizações de direitos humanos, o que ampliou a compreensão de que algumas dificuldades e vulnerabilidades são postas pelo gênero e por tanto precisam ser categorizadas, compreendidas e combatidas. Não obstante, a Declaração Universal também se coloca a favor dos princípios da não-discriminação com base na raça, desde os aspectos do racismo que “mais se assemelhavam à negação da cidadania plena, do tipo apartheid” (Crenshaw, 2002, p. 172). Entretanto, a autora vai dizer que, assim como no âmbito do gênero, “as noções de diferença limitam a possível expansão das garantias de direitos humanos ligados à raça aos contextos em que a discriminação se pareça mais com a negativa formal, de jure, dos direitos civis e políticos” (p. 172).

A interseccionalidade, então, surge a partir da necessidade de incorporar o gênero na análise do racismo e vice-versa, visto que, de acordo com Crenshaw (2002), assim como a mulher vivencia violências de maneiras diferentes dos homens, incorporar o gênero nos assuntos acerca da raça “põe em destaque as formas pelas quais homens e mulheres são diferentemente afetados pela discriminação racial e outras intolerâncias correlatas” (p. 176). Dessa forma, segundo a autora, a interseccionalidade

busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pelo qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras (p. 176).

De forma geral, na visão de Crenshaw, o termo pode ser entendido como uma ferramenta que permite compreendermos como as formas de opressão não são excludentes, mas atuam conjuntamente a partir da intersecção das opressões, especialmente em grupos marginalizados. Raça, gênero, sexualidade, classe e outras categorias identitárias não devem ser compreendidas de forma isolada, nem tampouco as violências que as cercam. Neste sentido, a interseccionalidade destaca como as mulheres negras, por exemplo, são atravessadas por opressões tanto sexistas, quanto racistas, e podem ainda sofrer por questões relacionadas à sua classe social, sexualidade, religião etc, de forma que não é possível desvincular essas características. Ainda, a autora destaca que a história de opressão contra as mulheres negras perpassa gerações e, quando estas experiências são colocadas à luz das teorias feministas que se entendem universais, revelam-se grandes diferenças entre mulheres brancas e negras.

Quando a teoria e a política feministas que afirmam refletir a experiência das mulheres e as aspirações das mulheres não incluem ou não falam às mulheres negras, as mulheres negras devem perguntar: “Não somos mulheres?” Se assim for, como é que as afirmações de que “as mulheres são”, “as mulheres acreditam” e “as mulheres precisam” podem ser feitas quando tais afirmações são inaplicáveis ou não respondem às necessidades, interesses e experiências das mulheres negras? O valor da teoria feminista para as mulheres negras é diminuído porque evolui a partir de um contexto racial branco que raramente é reconhecido. Não só as mulheres de cor são de facto ignoradas, como a sua exclusão é reforçada quando as mulheres brancas falam por e como mulheres (Crenshaw, 1989, p. 154).

É o olhar interseccional que permite compreender que “uma gama de violações de direitos humanos fica obscurecida quando não se consideram as vulnerabilidades interseccionais de mulheres marginalizadas, e ocasionalmente, também de homens marginalizados” (Crenshaw, 2002, p. 178). Logo, para além das discussões sobre direitos humanos e do termo no âmbito jurídico, a academia também encontrou na interseccionalidade um caminho para compreensão mais aprofundada sobre o lugar da mulher negra na contemporaneidade, observando categorizações de forma relacional, para além do gênero.

A socióloga e professora Collins (2017) argumenta que, antes mesmo da terminologia cunhada por Crenshaw, o movimento feminista negro já tomava uma postura implicitamente interseccional. Desde a década de 1970, por exemplo, as mulheres afro-americanas já compreendiam que a luta pela emancipação feminina só se daria por completo ao envolver questões como raça, classe e sexualidade (Collins, 2017). O manifesto “A Black Feminist Statement”, publicado em

1982 pelo grupo de mulheres afro-americanas de Boston, Coletivo Combahee River, é uma das bases de Crenshaw para a criação do termo interseccionalidade, de acordo com Collins (2017). O documento argumentava que os sistemas de opressão não podem ser vistos de maneira isolada, visto que como o “racismo, exploração de classe, patriarcado e homofobia, coletivamente, moldavam a experiência da mulher negra, a libertação das mulheres exigia uma resposta que abarcasse os múltiplos sistemas de opressão” (p. 8). Alguns anos antes, outro documento produzido pelo grupo, “The Combahee River Collective Statement” (1977) já declarava que

A afirmação mais geral da nossa política neste momento seria a de que nós estamos ativamente comprometidas na luta contra as opressões racial, sexual, heterossexual e de classe, e vemos como nossa tarefa particular o desenvolvimento de uma análise e prática integradas, baseadas no fato de que os principais sistemas de opressão estão interligados. A síntese dessas opressões cria as condições das nossas vidas (p. 1).

Seguindo o contexto estadunidense no período, destacam-se também outras contribuições para o amadurecimento deste debate, elaboradas sempre a partir da práxis, aliando as reflexões teóricas, a vivência de mulheres negras e a prática militante na produção de um conhecimento crítico e engajado. Entre as quais Collins (2017) destaca a obra “Mulheres, raça e classe”, originalmente publicada por Angela Davis em 1981. Nela, a autora discute como o violento legado da escravidão moldou as relações nas sociedades escravocratas, hoje capitalistas, sendo um fator essencial para a compreensão das opressões de classe e gênero. Igualmente Collins (2017) menciona a discussão proposta por Audre Lorde (1983) em “Não existe hierarquia de opressão”. Reafirmando-se como uma “pessoa negra, lésbica, feminista, socialista, poeta, mãe de duas crianças —uma delas, um garoto— e parte de um casal interracial” (parágrafo 1), Lorde argumenta que não é possível desvincularmos essas características, em suas palavras descreve:

Entre as mulheres lésbicas, eu sou negra; e entre as pessoas negras, eu sou lésbica. Qualquer ataque contra as pessoas negras é um problema para lésbicas e gays, porque eu e milhares de outras mulheres negras somos parte da comunidade lésbica. Qualquer ataque contra lésbicas e gays é um problema para pessoas negras, porque milhares de lésbicas e homens gays são negros. Não existe hierarquia de opressão (Lorde, 1983, parágrafo 5).

Por outro viés, agregando o fator geográfico à questão, intelectuais oriundos dos chamados países de terceiro mundo elaboram uma crítica decolonial à estrutura de opressões, que busca desmantelar as estruturas de poder dominantes. A crítica decolonial surge a partir do entendimento de que a colonização não foi apenas um processo histórico, mas sim uma forma de dominação que promoveu desigualdades raciais e de gênero com foco no Sul Global. A crítica decolonial foi desenvolvida por pensadores latino-americanos, entres eles se destacam Aníbal Quijano e Maria Lugones, que oferecem um aporte teórico essencial para analisar as consequências da

colonialidade e para o lugar do gênero nesse âmbito. Para Quijano (2005, p. 119), a colonialidade não está direcionada apenas ao controle econômico ou político, mas também se refere à visão de mundo eurocêntrica, que excluía tudo o que não era pertencente à cultura hegemônica, perspectiva construída a partir da posição privilegiada que ocupavam. O eurocentrismo trazia consigo uma forma de pensar hegemônica que se sobrepunha a todas as outras, criando uma espécie de padronização do pensamento. Dessa forma, questões como o racismo estrutural, dinâmicas de gênero e entre outros, não podem ser compreendidos sem uma análise crítica desse processo histórico e suas repercussões atuais.

A abordagem da colonialidade de gênero (Lugones, 2014) defende que as opressões de gênero se dão a partir das estruturas de poder coloniais. Isso significa que o colonialismo está inserido no contexto colonial, onde ele impõe uma estrutura patriarcal que intensifica as opressões. A partir disso, a dicotomia entre quem era humano ou não — e portanto, digno de direitos — passa a ser pautada por lentes opressoras, que detêm uma ideia fixa do que era civilização.

Só os civilizados são homens ou mulheres. Os povos indígenas das Américas e os/as africanos/as escravizados/as eram classificados/as como espécies não humanas – como animais, incontrolavelmente sexuais e selvagens. O homem europeu, burguês, colonial moderno tornou-se um sujeito/ agente, apto a decidir, para a vida pública e o governo, um ser de civilização, heterossexual, cristão, um ser de mente e razão. A mulher europeia burguesa não era entendida como seu complemento, mas como alguém que reproduzia raça e capital por meio de sua pureza sexual, sua passividade, e por estar atada ao lar a serviço do homem branco europeu burguês (Lugones, 2014, p. 936).

A crítica decolonial nos ajuda a entender como as estruturas de poder e opressão afetam grupos marginalizados, especialmente no contexto histórico de países que sofreram processos de colonização. Enquanto homens europeus são considerados sujeitos civilizados e racionais, os outros grupos minorizados são desumanizados e tratados como espécies não humanas. Além disso, com essa leitura é possível perceber que, mesmo não sendo vista como um “sujeito” equivalente ao homem europeu, a mulher branca desempenhava o papel aceito de raça e capital, que definia sua pureza e função dentro da estrutura familiar. A divisão imposta nos papéis de gênero, raça e classe nos mostram como as opressões são construídas ao longo do tempo e não podem ser analisadas de formas separadas.

No Brasil, já em 1988 Lélia Gonzalez (2021) também propunha refletir sobre a existência de uma exclusão das mulheres na sociedade, mais especificamente as negras e as indígenas. Ela foi uma das pioneiras ao abordar a necessidade da crítica decolonial no Brasil, trazendo questões de feminismo, raça e vivências de mulheres negras em uma sociedade marcada pelo colonialismo e patriarcado. Gonzalez (2021, p. 79) cunhou o termo “amerifricanidade”, que significava a experiência de mulheres e homens negros no deslocamento das vivências de povos indígenas contra a

dominação colonial. Ao discutir a “amefricanidade”, ela procurou desafiar as noções hegemônicas de identidade e nacionalidade, que são construídas a partir da lógica eurocêntrica e excludente. Sob essa visão, a crítica de Gonzalez ao colonialismo e à opressão é fundamental para entender como a interseccionalidade precisa ser contextualizada e adaptada para o Brasil, levando em conta as categorias de sexismo e racismo, além da colonialidade. O sincretismo cultural, além das heranças afro-indígenas nas Américas, demonstra que desde o princípio povos negros e indígenas foram marginalizados no processo de construção da sociedade. Até mesmo na forma de comunicação e aspectos culturais, ora vistos como um modo errado de falar ou simplesmente uma cultura folclórica e popular.

Ou seja, aquilo que chamo de “pretuguês” e que nada mais é do que marca de africanização do português falado no Brasil (nunca esquecendo que o colonizador chamava os escravos africanos de “pretos”, e de “crioulos” os nascidos no Brasil) é facilmente constatável sobretudo no espanhol da região caribenha. O caráter tonal e rítmico das línguas africanas trazidas para o Novo Mundo, e também a ausência de certas consoantes (como o L ou o R, por exemplo), apontam para um aspecto pouco explorado da influência negra na formação histórico-cultural do continente como um todo (e isso sem falar nos dialetos “crioulos” do Caribe). Similaridades ainda mais evidentes são constatáveis se o nosso olhar se volta para as músicas, as danças, os sistemas de crenças etc. Desnecessário dizer o quanto tudo isso é encoberto pelo véu ideológico do branqueamento, é recalçado por classificações eurocêntricas do tipo “cultura popular”, “folclore nacional” etc. que minimizam a importância da contribuição negra (Gonzalez, 2021, p. 69).

Gonzalez destaca a influência da cultura africana em âmbito brasileiro e critica o branqueamento das contribuições culturais das mesmas, essas que são minimizadas pelas imposições eurocêntricas. O termo pretuguês descreve a mistura da língua portuguesa com a africana, que para visões eurocêntricas seria uma forma falha de falar. Esse debate se enquadra na crítica decolonial, pois acaba por revelar a complexidade das identidades. As opressões não podem ser entendidas sem levar em consideração as heranças coloniais e suas relações com a cultura e a linguagem. O pensamento de González é abordado por Carla Akotirene (2018), que traz questões sobre a interseccionalidade decolonial, indo além da mera soma de raça, classe e gênero.

Akotirene (2018) mostra a interseccionalidade ao destacar a crítica decolonial nas discussões sobre raça e gênero.

A interseccionalidade é sobre a identidade da qual participa o racismo interceptado por outras estruturas. Trata-se de experiência racializada, de modo a requerer sairmos das caixinhas particulares que obstaculizam as lutas de modo global e vão servir às diretrizes heterogêneas do Ocidente, dando lugar à solidão política da mulher negra, pois que são grupos marcados pela sobreposição dinâmica identitária. É imprescindível, insisto, utilizar analiticamente todos os sentidos para compreendermos as mulheres negras e “mulheres de

cor” na diversidade de gênero, sexualidade, classe, geografias corporificadas e marcações subjetivas (p. 48).

Ao olhar para a interseccionalidade é preciso reconhecer que as opressões fazem parte de uma estrutura, esta se dá pelo resultado de uma história colonial que categoriza os corpos, as identidades e os saberes culturais. As mulheres negras no Brasil enfrentam violências que não podem ser explicadas simplesmente pelas categorias ocidentais de feminismo branco ou teorias raciais europeias, uma vez que estas não conseguem lidar com a complexidade do colonialismo e seus efeitos. Outro ponto levantado pela autora é que a interseccionalidade acaba tomando outros rumos. Para ela, em uma sociedade que dita marcadores como gênero, raça, classe, religião e entre outros para exclusão de grupos minoritários, a identidade branca subverte a teoria interseccional em benefício próprio. “Cabe à identidade branca usar interseccionalidade para desconstruir a falsa vulnerabilidade uniformizada, demonstrar o contexto das branquitudes, não incorrer de oportunismos fraudulentos no sistema de cotas raciais, chegando a ‘desenterrar a avó negra ou colocarem o pé na senzala” (Akotirene, 2018, pp. 49-50).

A interseccionalidade é uma lente capaz de nos mostrar como mulheres negras e grupos marginalizados são discriminados. No entanto, com o passar do tempo o sentido do termo começa a ir para outros lugares, sendo utilizado de maneiras equivocadas. Quando indivíduos brancos reivindicam um lugar “desenterrando uma avó negra”, é um exemplo de como o sentido vem se perdendo. São apropriações que tentam transformar a interseccionalidade em uma ferramenta para uso próprio, o que acaba por tirar seu propósito original. Nesse sentido, cabe à branquitude analisar seus privilégios para que a falsa vulnerabilidade seja desconstruída.

A interseccionalidade nos estudos radiofônicos

Conforme Juliana Gobbi Betti (2021), localizam-se entre o final da década de 1980 e início dos anos 1990 as primeiras pesquisas interessadas em investigar a experiência feminina e a participação histórica das mulheres nos diferentes âmbitos da produção (Hupfer, 1998; Tesser, 1995) e do consumo (Favorito, 1989) de rádio desenvolvidas em programas de pós-graduação em comunicação no país. A abordagem mais ampla das questões de gênero, no entanto, só vai aparecer quase na virada do século, marcando uma aproximação com discussões já aprofundadas nessa área de estudos e propondo uma interpretação crítica às estruturas sociais e sua influência no modelo hierárquico e cultural que determinava os quadros de poder nas emissoras naquele período (Corazza, 1999). Nos anos seguintes, o tema continua a aparecer apenas esporadicamente, em pesquisas que mantêm a perspectiva crítica dos estudos de gênero, sem perder o foco no meio seja pela produção mais informativa ou musical (Senra, 2014; Veloso, 2005).

Indica-se uma tendência de mudança neste cenário a partir de 2018, data em que passamos a registrar maior recorrência de dissertações e teses que relacionam o universo radiofônico e o gênero sob diferentes questionamentos (Betti, 2021; De Amorim, 2021; De Lima, 2019; De Mattos, 2019; De Oliveira, 2018). Embora limitado por seu caráter exploratório e recorte definido na área somente da comunicação, o exame da produção científica centrado na pós-graduação pode ser considerado um relevante elemento contextual para a compreensão da produção disseminada nos eventos, objeto desta análise. Uma breve mirada neste material releva, ainda, que o uso do termo interseccionalidade é bastante recente.

Se por um lado o olhar panorâmico construído a partir de trabalhos de pós-graduação revela movimentos consolidados em torno de uma abordagem, a análise de publicações em fóruns especializados de eventos acadêmicos permite compreender tendências e movimentos de pesquisa da área. Neste artigo, analisamos publicações dos quatro principais fóruns de discussão dos estudos radiofônicos brasileiros, a saber: Grupo de Pesquisa Rádio e Mídia Sonora da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (INTERCOM); Grupo Temático História da Mídia Sonora da Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia (ALCAR); Grupo de Trabalho Estudos Radiofônicos da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (COMPÓS) e Rede de Pesquisas em Radiojornalismo - RADIOJOR da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJOR). No processo de seleção da amostra, alguns artigos foram excluídos porque ainda que palavras chaves aparecessem, eram acionadas de maneira instrumental ou contextual. É o caso das pesquisas sobre a Rádio Rebelde Zapatista (Costa Filho, 2014). Ainda que a vinculação da emissora com as populações indígenas seja citada no texto, ela não é foco do trabalho. As amostras variam de dimensão devido ao tempo de existência de cada espaço:

Quadro 1. Composição da amostra

	Período analisado	Composição da amostra
Grupo de Pesquisa Rádio e Mídia Sonora (Intercom)	1994-2023*	52
Grupo Temático História da Mídia Sonora (Alcar)	2003-2023	18
Rede de Pesquisas em Radiojornalismo (SBPJor)	2020-2023	04
Grupo de Trabalho Estudos Radiofônicos (Compós)	2023-2024**	03

*Embora as atividades do Grupo de Pesquisa Rádio e Mídia Sonora tenham se iniciado em 1991 só estão disponíveis os anais dos artigos apresentados a partir de 1994.

**O Grupo de Trabalho Estudos Radiofônicos foi criado em 2023, por isso o período de análise difere dos demais.

Fonte: As autoras

Consideramos importante compreender a organização dos estudos radiofônicos brasileiros para que possamos tensionar os olhares lançados ao fenômeno em questão. Historicamente, a gestão dos grupos nos principais fóruns de pesquisa em rádio e mídia sonora no Brasil organiza-se principalmente em torno de mulheres.² No total, 100 % das gestões são conduzidas por pessoas autoidentificadas como cisgênero, sendo que mulheres cisgênero ocupam 58,33 % dos espaços de coordenação no gp da Intercom, 88,89 % no gt da Alcar e 66,6 % no gt da Compós. A exceção é a Rede Radiojor, que tem 66,6 % de coordenação masculina cisgênero e 33,3 % feminina cisgênero.

Em relação à autoidentificação de raça, o grupo da Alcar tem predomínio de mulheres brancas (55,56 %, seguido de 33,3 % de mulheres negras e 11,11 % de homens brancos); na Intercom há predomínio de homens brancos (41,67 %, seguidos de 33,3 % de mulheres brancas e 25 % de mulheres negras); na Compós há distribuição equitativa entre mulheres brancas, mulheres negras e homens brancos (33,3 % cada); e na Rede Radiojor há equilíbrio entre homens negros, homens brancos e mulheres negras (33,3 % cada).

Um olhar para a questão da racialidade demonstra o predomínio de pessoas brancas em três dos quatro espaços, com 75 % na Intercom; 66,67 % na Alcar e 66,6 % na Compós. A Radiojor é um espaço que se diferencia dos demais neste quesito, com 66,6 % de gestão de pessoas negras. Chama a atenção também o fato de somente um homem negro ter ocupado espaço de liderança nos grupos de pesquisa da área. Além disso, cabe ressaltar que as autoidentificações de raça contemplaram as categorias branca e parda, marcando a inexistência de pessoas pretas nestes espaços.

Este cenário pode ser visto a partir de três perspectivas, a serem discutidas em etapas posteriores do projeto ao qual se vincula este artigo: a) a baixa presença de pesquisadores e pesquisadoras negros e negras nos estudos radiofônicos brasileiros, o que contribuiria para uma limitação na construção de perspectivas epistemológicas plurais para a área, como indicam Debora Cristina Lopez, Juliana Gobbi Betti e Marcelo Freire (2024); b) o baixo reconhecimento de pessoas pretas e pardas como gestores e gestoras dos espaços de construção de conhecimento sobre os estudos radiofônicos brasileiros; c) a naturalização da ocupação dos cargos de gestão da área, sem uma reflexão sobre a importância da representatividade e da diversidade na academia.

A pesquisa em rádio e mídia sonora sob lente interseccional

No material publicado em 29 anos, de 1994 a 2023, no Grupo de Pesquisa Rádio e Mídia Sonora da Intercom foram identificados 52 artigos que tratavam sobre questões sociais, de gênero, raça ou deficiência. A maior parte deles centrava-se no gênero, especialmente na mulher. Em toda

2 Todas as informações sobre a autoidentificação de gênero e raça foram coletadas diretamente com as equipes de coordenação dos grupos. A consulta foi realizada diretamente, através de formulário, a ex e atuais coordenadores/as e vice-coordenadores/as. As respostas foram enviadas às autoras do artigo. O formulário foi composto seguindo as categorias propostas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

a amostra há somente um artigo que aborda comunicadoras travestis. No texto, Prata (2004) apresenta o programa e a comunicadora e também discute contextos vinculados à identidade de gênero representada em Tieta Presley. Dos 26 artigos sobre gênero, o que predomina é a apresentação de personagens do rádio e da pesquisa na área. São 14 artigos com esta perspectiva, dos quais nove falam de Zita de Andrade Lima, pioneira nos estudos radiofônicos brasileiros ainda pouco reconhecida nas produções acadêmicas (De Melo & Prata, 2015).

Estas pesquisas dialogam também com as que tratam da presença da mulher na academia —na apresentação de suas contribuições, como os estudos sobre Zita ou sobre o olhar de Gisela Ortriwano para o jornalismo— ou sobre as barreiras de gênero na pesquisa em rádio e mídia sonora (Lopez, Betti, Freire & Gomes, 2024). Especialmente em textos biográficos de profissionais do rádio, encontramos a construção da narrativa feminina a partir de um homem, seja ele o pai ou o marido. Muitas vezes essa narrativa do masculino assume um protagonismo sobre a trajetória da própria biografada e é perceptível a ausência de tensionamentos interseccionais que permitam compreender movimentos, decisões e ações das biografadas. Ainda nos estudos de gênero foram identificadas três análises de programas, sendo duas delas sobre representação da mulher no rádio.

Percebemos uma regularidade nas publicações sobre gênero a partir de 2015, com uma ampliação do número de trabalhos a partir de 2021, ano em que se iniciaram as atividades do projeto de pesquisa coletivo “A história das mulheres no rádio brasileiro - revisão do relato histórico”. O movimento coletivo pela revisão do relato histórico dos estudos radiofônicos brasileiros (Betti & Zuculoto, 2021) derivou no desenvolvimento de estudos cartográficos sobre o meio considerando gênero como categoria. No total, a amostra analisada conta com seis panoramas que variam de temática, abrangendo, entre elas, questões como rádio esportivo, locução ou mercado de trabalho.

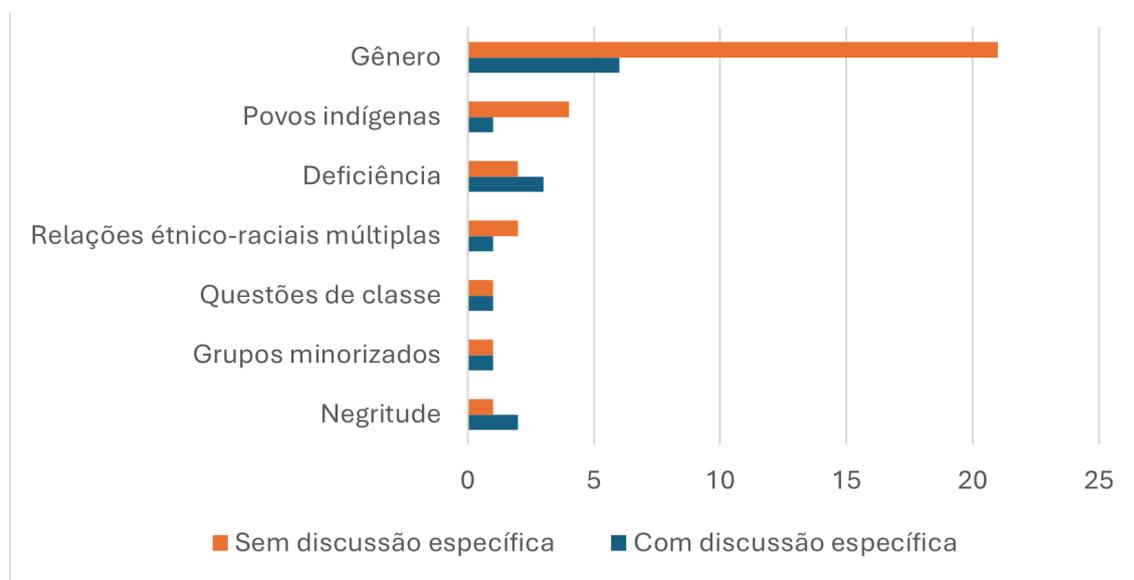
Os estudos panorâmicos também foram identificados quando havia presença de dois ou mais grupos minorizados. Trata-se de pesquisas que olham para as plataformas digitais e a formação de redes de colaboração e coletivos digitais. Ainda que alguns desses artigos adotem uma perspectiva decolonial em seu debate, percebemos o potencial, assim como em outras produções do campo, de uma aproximação aos movimentos de aquilombamento e aquilombamento digital (Canuto, 2023) como estratégia para a construção de um olhar que permita ampliar inferências e correlações propostas a partir da interseccionalidade.

A abordagem decolonial e interseccional foi explorada por Eliana Albuquerque e Rodrigo Bomfim Oliveira (2023), que colocam em diálogo autores latino-americanos para falar sobre identidade, mestiçagem cultural, perspectivas regionais e práticas de rádio universitário, coordenando um olhar múltiplo para produções realizadas no interior da Bahia. Já os temas negritude e povos indígenas aparecem em destaque em oito artigos, que constroem panoramas de produção ou circulação de conteúdo, análises de representação e representatividade em produções sonoras e relatos históricos.

Os estudos de consumo de meios focam, na amostra, em pessoas com deficiência. Predominam os debates sobre sujeitos cegos ou de baixa visão e como se relacionam com a comunicação radiofônica. Já o olhar para as questões de classe se destaca por seu caráter contextualizado. Foram identificados dois artigos. Em um deles, o foco é o consumo de rádio por jovens universitários a partir das desigualdades sociais. No outro, a análise de um produto sonoro dialoga com gênero e classe.

As pesquisas desenvolvidas no GP Rádio e Mídia Sonora variam de estrutura, transitando do relato de experiências ao ensaio acadêmico, passando por historicizações e análises de programas. Entre eles, predominam artigos que, mesmo tendo objetos inscritos em eixos de gênero, raça, social, etc., optam por não trazer uma fundamentação sobre o tema, limitando sua compreensão do fenômeno e, em alguns casos, deslocando-o de uma realidade social complexa.

Gráfico 1. Fundamentação do debate



Fonte: As autoras

No total, 77,78 % dos artigos que tratavam de gênero não discutiam direta ou indiretamente o tema. No caso dos relatos históricos e narrativas biográficas, por exemplo, a movimentação das mulheres nas emissoras de rádio —como as saídas vinculadas a matrimônio, por exemplo— não eram contextualizadas ou tensionadas a partir das relações de gênero. Desta forma, constrói-se uma narrativa histórica que ignora impactos do desenvolvimento social no reconhecimento do lugar dos sujeitos na trajetória do meio. Percebemos uma ausência dos marcadores de raça na construção destes registros históricos. Desta forma, reiteramos a branquitude como referência de existência e contribuimos para o apagamento das contribuições e do protagonismo das pessoas não brancas para o campo.

Como nos lembra Cida Bento (2022), é preciso reconhecer a branquitude como raça e considerar, nos fazeres científicos, as implicações disso para o reconhecimento do lugar dos não brancos na história e no mundo. O rádio se configura historicamente como um espaço de integração de pessoas negras (Pereira, 1967/2001), mas esse protagonismo não se replica nos estudos radiofônicos. Ao relacionar o rádio e o negro em seu estudo, João Baptista Borges Pereira (2001) diagnosticava uma “conspiração do silêncio” na academia brasileira, que não falava sobre temáticas raciais. Hoje percebemos a permanência dessa conspiração, ou o “pacto da branquitude” ao qual se refere Bento (2022), nos estudos radiofônicos. As temáticas raciais e as abordagens interseccionais, fundamentais para a compreensão do campo e para a quebra de uma perspectiva colonial e eurocentrada do meio (Lopez, Betti & Freire, 2024), são minoritárias e reiteram o silenciamento dos sujeitos históricos.

Ao contrário do observado no grupo da Intercom, o Grupo Temático História da Mídia Sonora da Alcar apresentou baixa diversidade no olhar para os estudos radiofônicos. Entre as categorias desta pesquisa, foram identificados 14 artigos centrados em gênero e um que discutia questões raciais. Somando 6,67 % do total, trata-se de um texto que analisa pautas sobre racialidade em uma produção sonora, construindo uma abordagem fundamentada e contextual.

Assim como observado na amostra anterior, há uma regularidade nas publicações sobre gênero desde 2015, com a maior quantidade de textos registrada em 2021, ano de início do projeto coletivo sobre o tema. Os estudos panorâmicos, que discutem principalmente a presença da mulher no dial local ou regional predominam com 33,3 %, seguidos das pesquisas com foco em personagens (26,67 %). No total, 20 % da amostra analisa produções sonoras, com variadas complexidades na abordagem do fenômeno. Destaca-se, por exemplo, a análise de um programa voltado às mulheres negras e que não contempla, em seu escopo teórico, uma discussão sobre feminismo negro. Por outro lado, Paixão e Silva (2021) buscam complexificar o olhar para o Programa Mundo Mulher, voltado para o público feminino, construindo uma problematização a partir das geografias. Desta forma, o direcionamento às mulheres amazônicas e o contexto da resistência à ditadura militar são eixos de análise fundamentais para a compreensão do objeto.

Por fim, assim como na Intercom, observamos uma preocupação com o lugar da mulher na academia. Ainda que modesto em termos quantitativos, 13,33 % dos artigos analisados centram-se na relação entre gênero e pesquisa. Nos artigos analisados, destacamos a pesquisa de Juliana Gobbi Betti e Valci Zuculoto (2021). Nela, as autoras defendem que se faça uma revisão do relato histórico nos estudos radiofônicos incluindo o gênero como categoria de análise. Caminho similar seguem Lopez, Betti e Freire (2024), em artigo apresentado no encontro da Associação de Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós), quando defendem a adoção do que denominam epistemologias plurais para olhar para os estudos radiofônicos, compreendendo

especialmente as contribuições, o protagonismo e as ações das pessoas negras para a construção do rádio e, conseqüentemente, da pesquisa sobre mídia sonora.

Ao contrário do Intercom, nos textos apresentados nos encontros do GT História da Mídia Sonora 53,33 % traziam debates fundamentados em discussões sobre gênero e raça. Já 46,67 % deles olham para a mulher na história do rádio e dos meios sonoros sem construir discussões de gênero. Esta relação se repete também nas produções analisadas nos dois encontros anuais da Compós.

Uma análise de todos os artigos da Compós que tratavam de rádio e mídia sonora revela um silenciamento dos debates sobre questões de classe, étnico-raciais ou de deficiência. Já no primeiro ano de criação do Grupo de Trabalho Estudos Radiofônicos, 20 % dos textos apresentados buscam construir uma perspectiva distinta, um deles partindo de um olhar interseccional e contextualizado na construção de sua questão de pesquisa e o outro centrado no debate de gênero.

Ainda que não apresente uma discussão teórico-metodológica central sobre as perspectivas interseccionais, o texto de Giovana Mesquita e Fabiana Moraes (2023) traz uma abordagem diferente —e defendemos, necessária— aos estudos radiofônicos: a construção do problema a partir de um olhar contextualizado e interseccional. A relação entre recortes sociais, de raça, de gênero e geográfico fundamentam a seleção do objeto e o encaminhamento das inferências apresentadas pelas autoras, demonstrando um caminho potencial para a compreensão das relações entre o ensino de jornalismo e as mudanças na caracterização dos estudantes universitários na última década.

Já em 2024, segundo ano de funcionamento do GT, somente um artigo dialogava com a interseccionalidade. O já citado artigo de Lopez, Betti e Freire (2024) questiona os estudos radiofônicos em si, defendendo uma tomada de posição que busque reconhecer o lugar dos produtores e pesquisadores negros na constituição do meio e da academia. Retomando o estudo de Pereira (1967/2001) para apresentar dados sobre a presença de pessoas negras na história do rádio, as autoras e autor pedem por uma revisão da história contada, buscando recontá-la a partir de pontos de vista diversos, latino-americanos, etnicamente diversos, quebrando o silêncio inscrito no pacto da branquitude que dizem se manifestar, de forma intencional ou naturalizada, nas produções sobre o rádio e mídia sonora no Brasil.

Parte de um movimento de construção de espaços qualificados que permitam aprofundar a discussão de questões centrais aos estudos radiofônicos, a Radiojor foi criada para reunir as pesquisas direcionadas ao jornalismo sonoro. A demanda surge com a ampliação de pesquisas vinculadas a essa temática, em um cenário de estabelecimento de programas de pós-graduação na área. A Rede foi oficializada pela Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor) em 2019, durante seu encontro anual. Sob a coordenação de Valci Zuculoto e Marcelo Kischinhevsky, a primeira reunião foi realizada no ano seguinte, agregando 12 trabalhos em 2

mesas coordenadas. Seguindo essa média no número de trabalhos apresentados, quarenta e dois textos estão disponíveis nos anais dos eventos entre 2020 e 2023. Destes, incluímos na amostra apenas 4, o que representa 9,5 % do total.

As temáticas abordadas nas pesquisas estão divididas em três eixos: classe (1 - 2020), gênero (2 - 2022 e 2023) e étnico-raciais (1 - 2023). No que se refere aos artigos que abordam gênero, observamos que são produzidos pelas mesmas autoras e discutem, em um primeiro momento, a experiência feminina no exercício profissional, depois analisando o próprio conhecimento que vem sendo produzido sobre essa experiência, propondo o exame da produção científica sobre jornalismo sonoro apresentada no evento, a partir da categoria gênero. Identificando apenas dois artigos em onze edições, a ausência é destacada pelas autoras. Raphaela Ferro e Valci Zuculoto (2023) afirmam que o homem continua sendo referenciado como sujeito universal, corroborando para um cenário de invisibilização e apagamento das mulheres. Nesta lógica, “a pesquisa acadêmica sobre radiojornalismo e adjacentes contribui para o alijamento das mulheres da história do meio e, conseqüentemente, para a manutenção de desigualdades, fortalecendo ações e inações que se relacionam ao conceito de memoricídio” (p. 11).

Nos dois eixos temáticos restantes, os artigos realizam análises direcionadas à cobertura informativa. No primeiro, trata-se de um olhar para a cobertura da Covid-19 em emissoras comunitárias, já o segundo texto aborda a cobertura da votação do Marco Temporal³ na Câmara dos Deputados. Em ambos, não observamos um aprofundamento das discussões sobre os marcadores que perpassam. No primeiro estudo, o autor analisa emissoras com um público bem delimitado —como é o caso Rocinha FM, voltada para a comunidade de mesmo nome no Rio de Janeiro—, é por esse recorte que a classe vai aparecer. No segundo estudo, a problemática mais específica do fato noticioso vai sendo trabalhada de forma integrada às inferências, trazendo a voz de pessoas indígenas que fazem parte do material empírico. Nenhum dos artigos selecionados na amostra considera a interseccionalidade de forma conceitual ou como ferramenta analítica.

Considerações finais

Conforme discutimos anteriormente, o termo interseccionalidade tem origem na análise crítica da vivência de mulheres negras, estando diretamente relacionado à percepção do modo como o cotidiano dessas mulheres estava sendo conjuntamente impactado por diferentes estruturas de opressão (Collins, 2019). Neste sentido, podemos considerar que, ao ser apropriada pela academia, a interseccionalidade deve ser entendida não apenas como um conceito ou ferramenta, mas

3 O marco temporal é uma tese jurídica que foi considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal do Brasil em 2023, que afirmava que somente terras com posse até a data de 5 de outubro de 1998 comprovada poderia ser considerada como terra indígena. A data faz referência à promulgação da constituição de 1988, atualmente em vigor no país.

como uma proposição para a análise crítica e contextualizada do modelo vigente, seja qual for o objeto de estudo que esteja investigando.

Observamos que a utilização do termo interseccionalidade é recente nos estudos radiofônicos. Sua apropriação, quando presente, tem se dado mais de forma conceitual, ainda buscando caminhos que possibilitem sua aplicação como ferramenta de análise. Neste sentido, cabe ressaltar que a busca por modelos metodológicos é um desafio dos estudos sonoros que vem sendo potencialmente ampliado com a exigência de estratégias e procedimentos que complexifiquem sujeitos e objetos de pesquisa. Sendo o rádio e as mídias sonoras produtos culturais, não há como separá-los de seu tempo, de sua geografia e das questões oriundas da estrutura social histórica de seu desenvolvimento.

Também vinculados a uma perspectiva decolonial encontramos os estudos sobre a comunicação amazônica. Ainda que não esteja vinculada a grupos vulnerabilizados ou maiorias minorizadas, observamos a presença de estudos da comunicação voltada a seringueiros, ribeirinhos e/ou sobre conflitos ambientais em contextos de assimetria de poder, coordenando o olhar decolonial à democracia, às geografias e à educação popular.

O Brasil destaca-se na organização dos estudos radiofônicos. Internacionalmente, o país tem sua produção e sua organização reconhecidas em países como Espanha e Portugal e na América Latina (Fernández Sande & Gallego Pérez, 2016; Kischinhevsky et al., 2021; Oliveira & Prata, 2015). O campo de estudos rádio e mídia sonora se organiza em grupos vinculados a associações científicas desde 1991, como a Intercom, a Alcar, a SBPJor e a Compós, analisadas neste artigo. Além disso, as pesquisas também se desenvolvem em grupos institucionais e interinstitucionais certificados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, o CNPq. A área possui ampla tradição de desenvolvimento de pesquisas coletivas organizadas em projetos e publicações interinstitucionais (Del Bianco & Zuculoto, 2021) construídos nos grupos de associações científicas, sejam elas nacionais ou internacionais.

Este cenário reforça a importância de construir a pesquisa com lentes plurais, de contar a história a partir de distintos pontos de vista, tensionando certezas constituídas por um ponto de vista hegemônico. O movimento de questionar as práticas de pesquisa, os modos e processos do fazer científico e de rever epistemologias consolidadas historicamente está diretamente relacionado à maturidade do campo de conhecimento. Nos estudos radiofônicos brasileiros este é um processo em construção. Como percebemos nos dados apresentados, esta nem sempre foi uma questão a se considerar. O olhar para si, a compreensão da complexidade que compõe não só o fenômeno, mas também os sujeitos da pesquisa —protagonistas do rádio e dos estudos radiofônicos— construiu-se (constroi-se) com o tempo. É um trabalho em andamento, assim como vemos nos estudos de comunicação de maneira geral, que questiona não só a presença dos sujeitos

historicamente invisibilizados, mas também desvela camadas de sentido inscritas no fenômeno em si, trazendo à luz relações, diálogos, interfaces antes não percebidas.

Importante demarcar que não estamos desvalorizando esforços anteriores ou dizendo que as primeiras décadas dos estudos radiofônicos brasileiros olhavam o fenômeno de maneira superficial ou descontextualizada. Falamos aqui de um ponto de vista distinto. Na verdade, falamos de múltiplos pontos de vista, de epistemologias que questionam certezas, de um amadurecimento que se funda em uma mudança social que é maior dos que os estudos radiofônicos ou os estudos da comunicação. Compreender a interseccionalidade como uma chave metodológica é, então, inserir-se em um debate contemporâneo — não da moda, mas da realidade social vigente— que busca integrar sujeitos, acontecimentos e práticas do cotidiano à crítica social. Ainda, este exercício de reflexão busca contribuir para promover o entendimento da interseccionalidade como ferramenta de transformação, buscando combater o esvaziamento de seu sentido político na produção acadêmica.

Referências

- AKOTIRENE, C. (2018). *O que é interseccionalidade?* Letramento.
- ALBUQUERQUE, E., & OLIVEIRA, R. B. (2023). *Rádio é substantivo masculino: Observações sobre a presença das mulheres no rádio do sul da Bahia*. 46.º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.
- BENTO, C. (2022). *O pacto da branquitude*. Companhia das Letras.
- BETTI, J. G. (2021). *Informação crítico-emancipatória com perspectiva de gênero: os direitos das mulheres em programas radiofônicos femininos* [Tese de doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina]. <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/221334>
- BETTI, J. G., & ZUCULOTO, V. (2021). *A história (das mulheres) do rádio no Brasil: uma proposta de revisão do relato histórico*. 13.º Encontro Nacional de História da Mídia, Universidade Federal de Juiz de Fora. https://redealcar.org/wp-content/uploads/2021/08/30_gt_historiadamidiasonora.pdf
- CANUTO, S. K. A. (2023). *Entre lutas e likes. Aquilombamento digital nas redes sociais*. Universidade do Estado de Mato Grosso.
- COLLINS, P. H. (2017). Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. *Parágrafo*, 5(1), 6-17.
- COLLINS, P. H. (2019). *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. Boitempo.
- CORAZZA, H. (1999). *Comunicação e relações de gênero em práticas radiofônicas*. SEPAC.
- COSTA FILHO, I. C. (2014). *Rádio Rebelde Zapatista: endereçamentos de articulações e autonomia*. 37.º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Foz do Iguaçu.
- CRENSHAW, K. (1989). Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. *University of Chicago Legal Forum*, 1989(1), 139-167.
- CRENSHAW, K. (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, 10(1), 171-188.
- DE AMORIM, J. L. (2021). *O corpo está no contrato? Estudo sobre as ocorrências de assédio sexual contra mulheres jornalistas nas redações de Imperatriz* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz]. <https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/4185>

- DE LIMA, A. R. (2019). *Narrativas de feminicídio no radiojornalismo do interior gaúcho* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Pampa].
- DE MATTOS, E. T. (2019). *A trajetória das profissionais mulheres no radiojornalismo esportivo em Santa Catarina* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina]. <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/211617>
- DE MELO, J. M., & PRATA, N. (2015). *Radialismo no Brasil: cartografia do campo acadêmico. (Itinerário de Zita, a pioneira)*. Insular.
- DE OLIVEIRA, V. H. (2018). *Aracy de Almeida: samba e malandragem no Brasil dos anos 1930 e 1940* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Uberlândia]. <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.di.2018.604>
- DEL BIANCO, N. R., & ZUCULOTO, V. R. M. (2021). 30 anos de pesquisa coletiva no GP Rádio e Mídia Sonora da Intercom. *Radiofonias*, 12(2), 82-109. <https://doi.org/10.63234/radiofonias.v12i2.5098>
- FAVORITO, C. A. (1989). *Deus no céu e o rádio na terra: papel do rádio junto às mulheres rurais de Pitanga/Paraná* [Dissertação de mestrado, Universidade Metodista de São Paulo].
- FERNÁNDEZ SANDE, M., & Gallego PÉREZ, J. I. (2016). Diversity, Innovation and policies. *Radio, Sound & Society Journal*, 1(1), 7-9.
- FERRO, R. X. de O. & ZUCULOTO, V. R. M. (2023). *A categoria gênero nas pesquisas sobre jornalismo sonoro apresentadas em eventos da SBPJOR: percepções da presença/ausência de mulheres no rádio brasileiro*. Trabalho apresentado em Anais do 21º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo. <https://proceedings.science/encontros-sbpjor/sbpjor-2023/trabalhos/a-categoria-genero-nas-pesquisas-sobre-jornalismo-sonoro-apresentadas-em-eventos?lang=pt-br#>
- GONZALEZ, L. (2021). *Por um feminismo afro-latino-americano. Ensaios, intervenções e diálogos*. Zahar.
- GUEDES, V., & BORSCHIVER, S. (2005). *Bibliometria: uma ferramenta estatística para a gestão da informação e do conhecimento, em sistemas de informação, de comunicação e de avaliação científica e tecnológica*. 6.º Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa em Informação, Universidade Federal da Bahia. https://cinform-antiores.ufba.br/vi_anais/docs/VaniaLSGuedes.pdf
- HOOKS, b. (2015). Mulheres negras: moldando a teoria feminista. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 16, 193-210.
- HUPFER, M. L. R. (1998). *As Rainhas do Rádio: símbolos da nascente indústria cultural brasileira* [Dissertação de mestrado, Universidade Metodista de São Paulo].
- KISCHINHEVSKY, M., LOPEZ, D. C., MUSTAFÁ, I., FREIRE, M., CONSCIENTE, P., & Lopes do COUTO, L. (2022). A inserção dos estudos radiofônicos e de mídia sonora na pós-graduação em Comunicação no Brasil. *Radiofonias*, 12(3), 6-27. <https://doi.org/10.63234/radiofonias.v12i3.5256>
- LOPEZ, D. C., BETTI, J. G., & FREIRE, M. (2024, 23-26 de julho). *Epistemologias Dos Estudos Radiofônicos: construir a pesquisa com lentes plurais*. 33.º Encontro Anual da Compós, Universidade Federal Fluminense. <https://proceedings.science/compos/compos-2024/trabalhos/epistemologias-dos-estudos-radiofonicos-construir-a-pesquisa-com-lentes-plurais>
- LOPEZ, D. C., BETTI, J. G., FREIRE, M., & GOMES, J. (2024). Análise de referências com apoio em software: uma proposta metodológica para a abordagem de gênero nos estudos radiofônicos. In M. C. Gobbi, O. J. de Moraes & D. Renó (Org.), *Reflexões e práticas acadêmicas na Comunicação Latino-Americana* (pp. 255-281). Ria Editorial.
- LORDE, A. (1983). *Não existe hierarquia da opressão*. Rizoma. <https://www.geledes.org.br/nao-existe-hierarquia-de-opressao/>
- LUGONES, M. (2014). Rumo a um feminismo descolonial. *Revista Estudos Feministas*, 22(3), 935-952. <https://www.scielo.br/j/ref/a/QtnBjL64Xvssn9F6FHJqznb>
- MESQUITA, G. B., & MORAES, F. (2023). Novas formas jornalísticas de informar. Reflexões sobre produções sonoras que reúnem jornalismo e ficção. *Radiofonias*, 14(3), 67-89. <https://doi.org/10.63234/radiofonias.v14i3.6984>

- OLIVEIRA, M., & PRATA, N. (2015). *Rádio em Portugal e no Brasil: trajetória e cenários*. CESC.
- PAIXÃO E SILVA, M. (2021). *Sobre uma geografia social da Amazônia*. Reggo.
- PEREIRA, J. B. B. (2001). *Cor, Profissão e Mobilidade. O negro e o rádio de São Paulo*. Edusp. (Obra original publicada em 1976).
- PRATA, N. (2004). *O rádio mineiro se rende aos encantos de um travesti: o discurso, o humor e o mito na vida e na obra de Tieta Presley*. Portal Intercom.
- QUIJANO, A. (2005). Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In E. Lander *A colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas* (pp. 117-142). CLACSO.
- SENRA, I. Z. M. (2014). *Canções vadias: Mulheres, identidades e música brasileira de grande circulação no rádio* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Pernambuco].
- TESSER, T. C. (1995). *De passagem pelos estúdios. A presença feminina no início do rádio no Rio de Janeiro e São Paulo* [Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo].
- THE COMBAHEE RIVER COLLECTIVE STATEMENT. (1977). https://americanstudies.yale.edu/sites/default/files/files/Keyword%20Coalition_Readings.pdf
- VELOSO, A. M. D. C. (2005). *O fenômeno rádio mulher: comunicação e gênero nas ondas de rádio* [Tese de doutorado, Universidade Federal de Pernambuco]. <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/3474>